

## Balanço da RIO+20

*Luís Paulo Sirvinskas<sup>1</sup>*

O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada na cidade do Rio de Janeiro no período de 13 a 22 de junho de 2012, no Pavilhão do PNUMA, Parque dos Atletas (Barra da Tijuca).

Nessa conferência, o Brasil propôs para discussão a questão social distribuída em dez propostas: a) *pobreza* – erradicação da pobreza; b) *comida* – segurança alimentar e nutricional; c) *emprego* – acesso ao trabalho decente (socialmente justo e ambientalmente correto); d) *energia* – acesso a fontes adequadas de energia; e) *direitos* – igualdade entre países e dentro deles; f) *gênero* – mais poder de decisão de atuação para as mulheres; g) *direito* - microcrédito (acesso a pequenos valores para negócios familiares e bens essenciais); h) *produtos* – inovação para a sustentabilidade (novas tecnologias menos poluentes); i) *água* – acesso a fontes adequadas de água; e j) *vida* – ajuste da pegada ecológica à capacidade de regeneração do planeta.

Essas propostas se assemelham às oito Metas do Milênio estabelecidas pela ONU que devem fazer parte dos compromissos das ONG(s), dos Governos e das empresas, quais sejam: 1) reduzir pela metade o número de pessoas que vivem na miséria e passam fome; 2) educação básica de qualidade para todos; 3) igualdade entre sexos e mais autonomia para as mulheres; 4) redução da mortalidade infantil; 5) melhoria da saúde materna; 6) combate a epidemias e doenças; 7) garantia da sustentabilidade ambiental; e 8) estabelecer parcerias mundiais para o desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo. Mestre e doutor pela PUC-SP e autor, dentre outros, do *Manual de direito ambiental*, 11ª edição, Saraiva, 2013.

Além do aspecto social, o Brasil apresentou as seguintes propostas: a) *licitações verdes* – compras públicas que privilegiem produtos de maior vida útil e produzidos com menor gasto de energia ou matérias-primas; b) *nova medida de progresso* – criação de índices que incorporem aspectos socioambientais; c) *lista de objetivos* – metas numéricas e com prazo para áreas como erradicação da pobreza, segurança alimentar, energias renováveis etc.; d) *criação de conselho* – um novo organismo da ONU com poder para orientar as ações dos países no campo do desenvolvimento sustentável; e) *fortalecimento do PNUMA* – estabelecimento de contribuições obrigatórias dos países para fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

São propostas importantes e inovadoras para toda a comunidade mundial.

Há também propostas que foram apresentadas de maneira mais enxuta, denominadas de Terra+5 (cinco metas para 2032), quais sejam: a) dobrar parcela de energias renováveis (13% para 26%); b) reduzir uso de água pela agricultura (70% para 60%); c) universalizar acesso à água segura (89% para 100%); d) zerar a perda líquida de florestas (52 mil km<sup>2</sup>/ano para 0 mil km<sup>2</sup>/ano); e e) duplicar o total de áreas protegidas (5% para 10%).

O impasse para a assinatura do texto restringiu-se na questão do princípio segundo o qual a maior responsabilidade pela degradação ambiental seria dos países ricos. Trata-se do princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Este princípio já estava inserido na Declaração Rio+10 e deveria ser reafirmado na Conferência Rio+20. Isso permitiria a constituição de um fundo para ajuda dos países emergentes.

Ao fim da conferência, foi elaborado o documento denominado “O Futuro que Queremos” com 283 parágrafos e 59 páginas. Esse consenso se restringiu, em síntese, aos seguintes pontos: a) reafirma os 27 princípios assumidos pelo Eco-92; b) a economia verde passa a ser um instrumento importante para o desenvolvimento sustentável e não deve ser um conjunto rígido de regras; c) promete mudança na PNUMA com financiamento seguro no orçamento da ONU e participação de todos os países, mas, por ora, não o transforma em agência ambiental especializada; d) promete tomar decisão em 2015 sobre o acordo de proteção da biodiversidade nos oceanos em alto-mar; e) a Assembleia Geral da ONU criará comitê

de 30 países para propor até 2014 uma estratégia de financiamento; f) a Assembleia Geral da ONU criará grupo de trabalho de 30 integrantes para propor metas em 2013; g) propõe a adoção por todos do Quadro de Programas de 10 anos para mudança do padrão de produção e consumo; e h) compromete-se em promover e garantir às mulheres acesso a métodos de planejamento familiar.

No início, a conferência (1972) tratava-se somente da questão ambiental. Hoje a abrangência é tão-grande que não há possibilidade de consenso. Os temas são os mais variados, tais como: água, mulheres, financiamento, governança, economia verde, erradicação da pobreza, igualdade social etc. Ou seja, reitera compromisso com o passado, mas é incapaz de projetar ações para o futuro. Todos os temas tratados no documento são narrados de forma genérica e sem conteúdo prático.

A conferência, como se vê, se atém a meras promessas, não avança, postergando tudo para 2014 e 2015. Em outras palavras, o texto repetiu promessas feitas na Eco-92 e adiaram ações tidas como urgentes, tais como: o financiamento do desenvolvimento sustentável e o acordo global sobre a proteção dos oceanos. O documento desagradou às mulheres, ambientalistas e movimentos sociais.

O texto aprovado decorreu do consenso envolvendo 193 países (discussões travadas entre os dias 13 a 17 de junho de 2012) e apresentado aos 114 Chefes de Estado e de Governo que comparecerem no Rio de Janeiro (dias 20 a 22 de junho de 2012). Trata-se de um “texto genérico e rico em potencialidades”, no dizer da embaixadora brasileira na ONU Maria Luiza Viotti. Já o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, definiu o documento como um “equilíbrio de insatisfações”. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que esperava um documento mais “ambicioso” do encontro. Após ter sido pressionado pela presidente Dilma Rousseff, o secretário-geral recuou e elogiou o texto. E convocou à imprensa para declarar sua nova posição, afirmando que o resultado do encontro foi “um grande sucesso”. A presidente Dilma foi criticada no Fórum das Mulheres Líderes da Cúpula dos Povos pela ex-premiê norueguesa, Gro Brundtland, que disse não entender a contradição entre a fala da presidente e o documento e o fato de deixar direitos reprodutivos femininos de fora. A ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva, foi mais incisiva e destacou três pontos importantes para o fracasso da Rio+20: a) as posições defendidas

pelos negociadores dos EUA e adotadas pela Índia, China e Rússia foram a recusa de submissão de seus interesses a decisões multilaterais; b) a distância crescente entre os povos e os Estados; e c) a falta de liderança do Brasil em assumir posturas mais progressistas. Tal fato restou demonstrado pelo retrocesso do Código Florestal. Numa das reuniões da Cúpula dos Povos a ministra Izabela Teixeira perdeu a compostura quando uma pessoa da plateia levantou uma placa com o desenho de motosserra, ela retrucou nervosa: prefiro uma atitude ativa que passiva. Como se a crítica não fosse relevante, desprezando a opinião do povo.

A presidente Dilma encerrou a conferência, afirmando que a “cúpula foi o ponto de partida, não de chegada”. Disse que a cúpula dos povos foi uma festa cívica diante dos inúmeros protestos feitos durante a semana e parabenizou os emergentes por se comprometerem com o desenvolvimento sustentável. Ela anunciou ainda que o Brasil dará R\$ 12 milhões ao PNUMA e R\$ 20 milhões para o combate à mudança climática em países pobres. Hillary Clinton, secretária de Estado dos USA, também anunciou um fundo de US\$ 20 milhões para a energia limpa na África. O secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, informou que o legado deixado pela conferência foram os compromissos voluntários firmados entre o setor privado, governos e sociedade civil. Durante a conferência foram realizados 705 acordos, envolvendo R\$ 1,6 trilhão, cujo valor será direcionado ao desenvolvimento sustentável nos próximos dez anos.

Há prós e contras sobre o balanço da conferência.

Seja como for, houve, de fato, um esgotamento dessas megareuniões. Inúmeros países tentam um consenso em poucos dias para solucionar problemas seculares. Impossível haver consenso nesse curto espaço de tempo. Há a necessidade de restringir as reuniões setorialmente para tratar de questões globais complexas, atendendo as peculiaridades de cada país. Veja-se, por exemplo, a conferência do clima de Copenhague em 2009, não se logrou confeccionar um texto em conjunto. Foi, de certo modo, um fracasso. Toda solução em que não haja consenso se protraí no tempo (restando meras promessas sem qualquer cunho obrigatório).

A natureza opera num tempo e a humanidade em outro. Essa diferente dimensão ofusca a visão de longo prazo e tudo deveria ser para ontem. Não há cuidado para com o meio ambiente. Nossas necessidades são mais importantes do que a preservação do planeta. A humanidade está atrasada

em relação às providências que devem tomar para minimizar os impactos ambientais naturais ou antrópicos.

Essa preocupação não se restringe à esfera local, mas planetária. Por isso, devemos nos unir para um objetivo comum em prol da proteção ambiental global.